

O APAGAMENTO HISTÓRICO DAS MULHERES NA PSICOLOGIA BRASILEIRA

THE HISTORICAL ERASURE OF WOMEN IN BRAZILIAN PSYCHOLOGY

Leticia da Silva Daguano¹

Rosimeire de Moraes Amorim Naves²

RESUMO

O presente artigo aborda o apagamento histórico das mulheres na Psicologia Brasileira, analisando como as narrativas dominantes na construção do conhecimento psicológico frequentemente negligenciam ou marginalizam as contribuições femininas, com ênfase nas psicólogas brasileiras. A partir de uma revisão bibliográfica crítica de obras fundamentais sobre a história da Psicologia e estudos feministas, o estudo investiga os fatores históricos, sociais e culturais que resultaram na invisibilidade das mulheres no campo. Os resultados apontam que esse apagamento impacta diretamente a construção do conhecimento e a prática psicológica, ao perpetuar uma visão androcêntrica e excludente. O conservadorismo acadêmico é identificado como um obstáculo central à integração de abordagens feministas, sendo necessário superá-lo por meio de iniciativas como a revisão crítica dos currículos acadêmicos, a promoção de estudos interseccionais e a valorização das contribuições históricas de mulheres no campo. Assim, este trabalho sugere que o reconhecimento das contribuições femininas e a incorporação de abordagens críticas são essenciais para a construção de uma Psicologia mais inclusiva e representativa, capaz de valorizar a pluralidade de vozes e experiências.

Palavras-chave: Apagamento histórico; Mulheres na Psicologia Brasileira; Psicologia Feminista; Conservadorismo Acadêmico.

¹ Acadêmica de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). Endereço eletrônico: leticiadaguano@hotmail.com

² Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora Titular do Departamento de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). Endereço eletrônico: rosimeire.amorim@univag.edu.br

ABSTRACT

This article addresses the historical erasure of women in Brazilian Psychology, analyzing how dominant narratives in the construction of psychological knowledge often neglect or marginalize female contributions, with an emphasis on Brazilian psychologists. Through a critical bibliographic review of fundamental works on the history of Psychology and feminist studies, the study investigates the historical, social, and cultural factors that have led to the invisibility of women in the field. The results show that this erasure directly impacts the construction of knowledge and psychological practice by perpetuating an androcentric and exclusionary view. Academic conservatism is identified as a key obstacle to the integration of feminist approaches, which requires overcoming through initiatives such as critical curriculum review, promotion of intersectional studies, and recognition of women's historical contributions in the field. Thus, this work suggests that recognizing women's contributions and incorporating critical approaches are essential for building a more inclusive and representative Psychology, capable of valuing the plurality of voices and experiences.

Keywords: Historical erasure; Women in Brazilian Psychology; Feminist Psychology; Academic Conservatism.

1 INTRODUÇÃO

O campo da Psicologia, desde sua consolidação como ciência, tem sido caracterizado por uma narrativa predominantemente masculina, que muitas vezes desconsidera ou subestima as contribuições das mulheres. No entanto, essas contribuições não só foram significativas, como também fundamentais para o avanço da disciplina. No contexto brasileiro, o apagamento histórico das mulheres na Psicologia é um reflexo de um sistema acadêmico que perpetua desigualdades e limita a pluralidade de perspectivas. Segundo a obra de Schultz e Schultz (2016), "*A História da Psicologia Moderna*", o processo de construção

do conhecimento psicológico foi, em grande parte, moldado por uma visão que exclui sistematicamente as mulheres, relegando suas realizações a um segundo plano ou atribuindo-as a seus colegas homens. Essa abordagem contribui para uma visão incompleta e enviesada da evolução da Psicologia. Esse apagamento não é apenas um reflexo de dinâmicas sociais históricas, mas também constitui o que Boaventura de Sousa Santos (2007) chama de 'epistemicídio', ou seja, a exclusão das vozes de grupos historicamente marginalizados, incluindo as mulheres, limitando a diversidade epistemológica e comprometendo a pluralidade de perspectivas necessárias para uma ciência inclusiva e crítica.

Nesse sentido, o estudo *"Uma Psicologia Feminista Brasileira? Sobre Destaque, Apagamento e Posição Periférica"*, de Marília Saldanha e Henrique Nardi (2017), aborda como a psicologia feminista, embora reconhecida internacionalmente, enfrenta desafios significativos para se legitimar no Brasil. Este ensaio utiliza uma abordagem arqueogenealógica foucaultiana para explorar as condições históricas e sociais que levaram ao apagamento e à marginalização das mulheres na academia. A marginalidade da psicologia feminista no Brasil é uma evidência do conservadorismo acadêmico e da resistência institucional às mudanças paradigmáticas que questionam os pressupostos androcêntricos tradicionais. Este contexto de resistência contribui para que as práticas e teorias que promovem a igualdade de gênero e a diversidade sejam, muitas vezes, vistas como periféricas ou não existentes na psicologia brasileira.

A análise crítica deste artigo propõe investigar os fatores históricos e sociais que contribuíram para o apagamento das contribuições das mulheres na Psicologia Brasileira, bem como explorar o impacto deste fenômeno na construção do conhecimento e nas práticas profissionais da área. O estudo foi fundamentado em uma revisão bibliográfica abrangente, que inclui obras como *"A Psicologia no Brasil: Leitura Histórica"*, de Virgínia Guimarães (2001), e *"História da Psicologia: Rumos e Percursos"*, de Jacó-Vilela et al. (2006), que fornecem uma visão detalhada da evolução da Psicologia no Brasil e das complexas dinâmicas que moldaram a inserção e a representação das mulheres no campo.

Além disso, o presente artigo visa contribuir para o debate acadêmico propondo uma reflexão sobre as implicações do apagamento feminino na Psicologia, tanto no que diz respeito à produção de conhecimento quanto às práticas profissionais. Através da análise dos padrões de exclusão e da proposição de estratégias para sua superação, espera-se promover uma revalorização das vozes e realizações femininas na construção da Psicologia enquanto

ciência social. Ao evidenciar a necessidade de uma abordagem inclusiva e diversificada, busca-se não apenas revisitar a história da Psicologia, mas também propor caminhos para uma prática mais equitativa e representativa, a fim de que as mulheres se tornem referência.

O artigo está estruturado em seções que abordam, primeiramente, a História da Psicologia Moderna e o Apagamento Feminino, discutindo como a construção de narrativas dominantes contribuiu para a exclusão das mulheres. Em seguida, o Desenvolvimento da Psicologia no Brasil e o Papel das Mulheres será explorado, destacando as barreiras enfrentadas no contexto brasileiro. Finalmente, será abordada a Psicologia Feminista e a Desigualdade de Gênero na Academia, evidenciando a importância de integrar perspectivas críticas e feministas para transformar as práticas psicológicas.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo consiste em uma revisão bibliográfica crítica, definida como uma abordagem que não apenas compila e organiza informações sobre o tema, mas também problematiza as fontes, questionando pressupostos, lacunas e vieses presentes nas narrativas dominantes.

Segundo Severino (2013), a revisão bibliográfica crítica permite uma análise mais profunda e reflexiva das obras selecionadas, oferecendo uma base teórica sólida para questionar as construções e exclusões presentes no campo acadêmico. Aplicada ao estudo do apagamento das mulheres na Psicologia Brasileira, essa metodologia busca compreender como o conhecimento psicológico foi moldado por fatores históricos, sociais e culturais que marginalizaram as contribuições femininas.

A escolha dessa abordagem se justifica pela necessidade de examinar criticamente as fontes historiográficas da Psicologia, especialmente no contexto brasileiro, para identificar os padrões de exclusão de gênero e discutir as implicações desse fenômeno para a construção do conhecimento e as práticas profissionais na área. Além disso, este artigo propõe superar esses padrões de exclusão ao sugerir estratégias como a inclusão de conteúdos sobre as contribuições femininas nos currículos acadêmicos, a valorização de abordagens feministas em debates científicos, e o incentivo à formação de núcleos de pesquisa e publicações que promovam uma maior representatividade de gênero. Tais iniciativas buscam não apenas

resgatar as vozes históricas negligenciadas, mas também transformar as práticas psicológicas e acadêmicas, promovendo uma ciência mais plural e inclusiva.

2.1 Tipo de Estudo e Justificativa da Abordagem

Este estudo se caracteriza como uma revisão bibliográfica crítica, que, conforme explica Severino (2013), diferencia-se da revisão convencional por sua intenção de interpretar criticamente os textos, questionando não apenas o conteúdo, mas também os pressupostos ideológicos e teóricos subjacentes.

A revisão crítica permite identificar lacunas e vieses nas narrativas dominantes e oferece subsídios para discutir a exclusão das contribuições femininas na história da Psicologia. Ao considerar o apagamento das mulheres, é fundamental entender como essas narrativas foram construídas e mantidas ao longo do tempo.

2.2 Seleção dos Materiais e Critérios de Inclusão e Exclusão

Os materiais selecionados para a revisão incluíram livros, capítulos de livros, artigos científicos e ensaios que tratam da história da Psicologia e das abordagens críticas feministas. Entre as obras fundamentais estão "*A História da Psicologia Moderna*" de Schultz e Schultz (2016), "*A Psicologia no Brasil: Leitura Histórica*" de Virgínia Guimarães (2001) e "*História da Psicologia: Rumos e Percursos*" de Jacó-Vilela et al. (2006), que fornecem uma visão abrangente da evolução da Psicologia, destacando as omissões das contribuições femininas.

Os critérios de exclusão foram definidos com base na pertinência das fontes ao objetivo do estudo. Foram excluídos materiais que não abordavam especificamente o contexto brasileiro ou que não ofereciam uma análise crítica sobre gênero e Psicologia. Após a leitura inicial, artigos que não apresentavam relevância significativa para a discussão do apagamento feminino ou que não abordavam diretamente as questões de gênero no campo da psicologia foram eliminados da análise.

2.3 Procedimentos de Análise de Dados

A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016), seguindo as etapas de leitura, categorização, análise crítica e

discussão dos resultados. A leitura inicial dos textos permitiu a identificação de categorias preliminares, como "narrativas dominantes", "exclusão das contribuições femininas", "conservadorismo acadêmico" e "Psicologia Feminista". Em seguida, procedeu-se à análise crítica, focando na representação das mulheres e nas omissões nas narrativas historiográficas.

Por fim, a identificação de padrões de apagamento e suas causas possibilitou uma discussão sobre como essas exclusões impactam tanto o campo acadêmico quanto a prática psicológica. A análise final buscou propor estratégias para superar essas lacunas e promover a inclusão das contribuições femininas na Psicologia.

Sendo assim, foram consideradas as seguintes etapas para a análise dos textos:

1. Leitura Inicial e Categorização: leitura exploratória dos textos selecionados para identificar as categorias preliminares de análise, como "narrativas dominantes", "exclusão das contribuições femininas", "conservadorismo acadêmico" e "Psicologia Feminista".
2. Análise Crítica dos Conteúdos: a partir da categorização inicial, realizou-se uma análise crítica focando nas representações das mulheres e na identificação de omissões e sub-representações nas narrativas abordadas. Este processo incluiu a verificação de como as mulheres são retratadas nos textos analisados e as implicações disso para a compreensão da história da Psicologia.
3. Identificação de Padrões e Discussão dos Resultados: com base na análise crítica, foram identificados padrões de apagamento e suas possíveis causas, permitindo uma discussão fundamentada sobre como esses padrões afetam tanto o campo acadêmico quanto a prática psicológica. Essa discussão busca não apenas apontar lacunas e vieses, mas também propor caminhos para uma maior inclusão das contribuições femininas no campo.

2.4 Limitações da Metodologia

Embora a revisão bibliográfica crítica permita uma análise aprofundada do tema, é importante reconhecer suas limitações, pois a metodologia depende da interpretação dos textos disponíveis e pode ser limitada pela qualidade e diversidade das fontes escolhidas. Além disso, a subjetividade inerente à análise crítica deve ser considerada, apesar do esforço em manter a objetividade e o rigor científico. Essa subjetividade pode manifestar-se, por

exemplo, na escolha das obras analisadas, nas categorias de análise definidas e na interpretação dos resultados, que inevitavelmente refletem a perspectiva teórica e as experiências do pesquisador. Por isso, mesmo com a adoção de critérios claros e rigorosos, as conclusões alcançadas podem ser influenciadas por vieses pessoais ou pela própria limitação do corpus bibliográfico disponível.

3 RESULTADOS

3.1 HISTÓRIA DA PSICOLOGIA MODERNA E O APAGAMENTO FEMININO

A história da Psicologia, desde sua consolidação como ciência no final do século XIX, foi fortemente influenciada por narrativas que priorizam as contribuições de homens brancos ocidentais, como Wilhelm Wundt, Sigmund Freud e William James, cujas obras fundaram as bases da Psicologia moderna. Esses pioneiros exerceram grande influência devido ao contexto histórico e social em que atuaram, no qual a ciência era dominada por uma visão androcêntrica e elitista, que privilegiava homens europeus e norte-americanos como os principais produtores de conhecimento. Enquanto isso, as realizações de mulheres na área foram sistematicamente ignoradas ou marginalizadas, em parte pela exclusão estrutural das mulheres das universidades e pelas barreiras institucionais que limitavam sua atuação acadêmica.

Esta seção busca compreender o desenvolvimento da Psicologia como ciência e como as mulheres foram excluídas das narrativas históricas dominantes, resultando em uma visão parcial e incompleta da evolução dessa disciplina. A partir da análise crítica de manuais e estudos históricos, evidencia-se que o apagamento das contribuições femininas não foi meramente um acaso, mas um reflexo de uma estrutura acadêmica conservadora que favoreceu as perspectivas masculinas e desvalorizou as contribuições das mulheres.

3.1.1 O Desenvolvimento da Psicologia como Ciência

O desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência foi marcado por esforços para estabelecer métodos rigorosos que legitimassem a disciplina no âmbito acadêmico e

científico. No livro *"A História da Psicologia Moderna"*, de Schultz e Schultz (2016), é detalhado como os pioneiros da Psicologia buscaram fundamentar a nova ciência com bases empíricas, derivadas da fisiologia, da medicina e da filosofia. Contudo, o processo de institucionalização da Psicologia também esteve imbuído de uma cultura de exclusão, na qual as mulheres, mesmo quando contribuíram significativamente para a pesquisa e o avanço teórico, foram frequentemente colocadas em segundo plano.

Historicamente, figuras como Wilhelm Wundt, Sigmund Freud e William James são exaltadas como os "pais fundadores" da Psicologia, enquanto mulheres contemporâneas a eles, como Mary Whiton Calkins, Margaret Floy Washburn e Christine Ladd-Franklin, também contribuíram significativamente para o desenvolvimento da Psicologia.

Mary Whiton Calkins, por exemplo, foi a primeira mulher a se tornar presidente da American Psychological Association (APA), mas sua pesquisa sobre autoconsciência e seu sistema de psicologia autodeterminada foram frequentemente ignorados ou creditados a seus colegas homens. Da mesma forma, Margaret Floy Washburn, a primeira mulher a obter um doutorado em Psicologia, realizou importantes estudos sobre comportamento animal e processos mentais, mas sua obra também foi subestimada. Assim como, Christine Ladd-Franklin, que desenvolveu uma teoria inovadora sobre a visão das cores, enfrentou anos de exclusão em uma academia dominada por homens, sendo reconhecida apenas postumamente.

A abordagem de Schultz e Schultz (2016) demonstra como essas mulheres, apesar de suas contribuições significativas, enfrentaram barreiras para serem reconhecidas como cientistas de pleno direito. Esse contexto contribuiu para a criação de uma narrativa dominante em que as realizações femininas são invisibilizadas ou desvalorizadas, perpetuando uma visão distorcida da história da Psicologia.

3.1.2 A Marginalização das Contribuições Femininas

A marginalização das mulheres na história da Psicologia pode ser entendida como parte de um processo mais amplo de exclusão das vozes femininas em diversas ciências sociais e naturais. O livro *"História da Psicologia: Rumos e Percursos"* (Jacó-Vilela et al., 2006) aponta que, enquanto algumas mulheres psicólogas, como Karen Horney e Anna Freud, conseguiram se destacar, muitas outras foram silenciadas ou tiveram suas ideias apropriadas

por homens. No contexto acadêmico, o reconhecimento e a disseminação das ideias foram estruturados em redes de poder, nas quais as mulheres frequentemente tiveram pouco ou nenhum acesso.

Além disso, o conceito de "epistemicídio", ou seja, o apagamento sistemático de conhecimentos produzidos por grupos marginalizados, se aplica diretamente ao contexto das mulheres na Psicologia. Esse fenômeno, como destacado por Saavedra e Nogueira (2006), reflete uma cultura institucional que historicamente considerou o conhecimento produzido por mulheres como inferior ou menos científico. Essa estrutura corrobora a construção do machismo, em que os homens, desde os primórdios do campo acadêmico, foram posicionados como portadores naturais da fala e do lugar de destaque, enquanto as vozes femininas, apesar de sua competência, permanecem em segundo plano em muitos ambientes acadêmicos até hoje. Ao excluir ou marginalizar tais contribuições, o campo da Psicologia perpetuou uma ciência androcêntrica, que negligencia perspectivas alternativas e a pluralidade de experiências que poderiam enriquecer o entendimento dos fenômenos psicológicos.

3.1.3 Impacto do Apagamento no Conhecimento Psicológico

O apagamento histórico das mulheres na Psicologia teve impactos profundos na construção do conhecimento dentro da disciplina, resultando em uma visão que muitas vezes é unilateral e limitada. Esse fenômeno é particularmente problemático quando se considera que a Psicologia, enquanto ciência social, deveria estar comprometida com a diversidade de perspectivas e abordagens. A exclusão das vozes femininas contribuiu para o desenvolvimento de teorias e práticas que não refletem plenamente as experiências de todos os sujeitos, especialmente aqueles que não se encaixam nas normas de gênero e classe predominantes. Essa falta de voz implica diretamente na falta de representatividade, limitando a pluralidade necessária para compreender as diferentes experiências humanas e reforçando uma ciência distanciada da realidade de boa parte da população.

Como discutido em *"Uma Psicologia Feminista Brasileira? Sobre Destaque, Apagamento e Posição Periférica"* (Nardi; Saldanha, 2017), o apagamento das contribuições femininas também levou a uma ciência que muitas vezes falha em considerar as dinâmicas de poder e as desigualdades sociais que influenciam o comportamento humano. A ausência de uma análise crítica de gênero significa que muitas abordagens psicológicas tradicionais

permanecem cegas às experiências das mulheres e de outros grupos marginalizados — mesmo sendo as mulheres a maioria populacional no Brasil. Ao reconhecer e incluir as contribuições femininas na Psicologia, o campo poderia se beneficiar de uma compreensão mais ampla e inclusiva, promovendo uma prática psicológica que seja sensível às questões de gênero e às diversas experiências humanas.

3.2 DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA NO BRASIL E O PAPEL DAS MULHERES

A evolução da Psicologia no Brasil foi fortemente influenciada pelas dinâmicas sociais e institucionais do país, que reproduziram padrões globais de exclusão, mas também apresentaram características locais que reforçaram a invisibilização das mulheres. Embora a Psicologia tenha se consolidado como uma disciplina científica relevante, o contexto brasileiro, marcado por desigualdades de gênero e uma academia historicamente elitista, dificultou o reconhecimento das contribuições femininas. Esse cenário limitou não apenas a compreensão da história da Psicologia no Brasil, mas também restringiu o desenvolvimento de um conhecimento mais plural e representativo. Portanto, a análise crítica das fontes históricas brasileiras revela como a marginalização das mulheres moldou as bases da ciência psicológica no país, contribuindo para a perpetuação de uma visão androcêntrica do campo.

3.2.1 Evolução Histórica da Psicologia no Brasil

A história da Psicologia no Brasil reflete um processo de importação e adaptação de teorias e métodos desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos, mas também é marcada por especificidades locais que moldaram a maneira como a disciplina foi estruturada no país. De acordo com *"A Psicologia no Brasil: Leitura Histórica"* (Guimarães, 2001), o desenvolvimento da Psicologia brasileira se deu, em grande parte, a partir da institucionalização em centros acadêmicos e universidades no início do século XX. No entanto, esse processo de institucionalização, semelhante ao que ocorreu em outros países, foi fortemente influenciado por uma cultura acadêmica elitista e masculina que relegou as mulheres a posições periféricas.

A chegada de psicólogos europeus e a criação de laboratórios de Psicologia nas principais universidades brasileiras nos anos 1920 e 1930 marcaram o início formal da Psicologia científica no país. Entretanto, o privilégio do acesso à educação superior, reservado majoritariamente aos homens, contribuiu para que as mulheres fossem relegadas à invisibilidade histórica. Mesmo com sua presença crescente no campo, as psicólogas raramente tiveram seus trabalhos reconhecidos nos registros históricos dominantes. Segundo os autores de *"História da Psicologia: Rumos e Percursos"* (Jacó-Vilela et al., 2006), mesmo quando mulheres contribuíram para o desenvolvimento teórico e prático da Psicologia, seus nomes foram frequentemente omitidos ou suas ideias foram atribuídas a seus colegas masculinos. Esse cenário, que encontra ecos até os dias atuais, evidencia a necessidade de estudos como este, que desafiam a zona de conforto acadêmica ao iluminar o papel fundamental das mulheres e suas contribuições para a Psicologia no Brasil.

3.2.2 Invisibilidade das Mulheres na Psicologia Brasileira

A invisibilidade das mulheres na Psicologia brasileira é um reflexo das barreiras institucionais e culturais que moldaram o campo desde o início de sua formação. O apagamento das contribuições femininas se manifesta de diversas formas, desde a omissão em manuais de história da Psicologia até a falta de reconhecimento de suas pesquisas em áreas-chave. As mulheres que conseguiram se destacar enfrentaram um ambiente acadêmico hostil que dificultava o reconhecimento de suas realizações. O conceito de "epistemicídio," discutido na obra *"Memórias sobre o Feminismo na Psicologia: para a construção de memórias futuras"* (Saavedra; Nogueira, 2006), revela como o apagamento das vozes femininas na academia foi parte de um esforço maior para manter uma hegemonia masculina no campo das ciências humanas.

Ao longo do século XX, mesmo com a crescente inserção de mulheres nos cursos de Psicologia e no mercado de trabalho, suas contribuições continuaram a ser tratadas como periféricas. A obra *"Uma Psicologia Feminista Brasileira? Sobre Destaque, Apagamento e Posição Periférica"* (Nardi; Saldanha, 2017) destaca que, apesar da presença significativa de mulheres na profissão, a representatividade nos espaços de tomada de decisão, como editoras de revistas científicas e comissões acadêmicas, permaneceu baixa. Esse cenário é um reflexo

do conservadorismo institucional que ainda caracteriza muitas faculdades e universidades, onde as abordagens feministas são frequentemente marginalizadas.

3.2.4 Mulheres Invisibilizadas na História da Psicologia Brasileira: Resgatando Contribuições Essenciais e a Importância a Resolução CFP nº 08/2020

Ao longo da história da Psicologia brasileira, as contribuições de mulheres têm sido frequentemente invisibilizadas, ainda que muitas delas tenham desempenhado papéis centrais no desenvolvimento da ciência e da profissão no país. Essas mulheres, apesar dos desafios impostos por uma sociedade patriarcal e conservadora, marcaram a Psicologia com seus legados inovadores e transformadores, influenciando profundamente a prática e a teoria psicológica.

Contudo, suas realizações foram muitas vezes relegadas ao segundo plano em narrativas históricas, contribuindo para um apagamento sistemático de suas trajetórias. Este tópico busca resgatar as contribuições dessas figuras femininas, alinhando-as com as recentes discussões promovidas pela Resolução CFP nº 08/2020, que reforça a luta contra a violência de gênero e destaca a importância da atuação profissional nessa área.

Virgínia Leone Bicudo (1910 - 2003) foi uma das figuras mais marcantes da Psicologia no Brasil, sendo pioneira em diversas frentes. Psicanalista negra e primeira mulher a integrar a diretoria do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Bicudo foi a primeira psicanalista não médica no país e se destacou por seu estudo pioneiro sobre relações raciais no Brasil, onde problematizou a questão do racismo a partir de uma perspectiva psicanalítica. Sua trajetória rompeu barreiras tanto na academia quanto na prática clínica, consolidando um espaço para a psicanálise como instrumento de análise das dinâmicas sociais brasileiras, particularmente no que tange às questões raciais e de gênero (Abrão, 2010). Sua contribuição foi essencial para o entendimento de como o racismo influencia os processos psíquicos, porém, sua obra não obteve a visibilidade merecida ao longo da história.

Nise da Silveira (1905 - 1999), psiquiatra formada no Rio de Janeiro, revolucionou o tratamento psiquiátrico no Brasil ao introduzir abordagens humanistas em um contexto dominado por métodos violentos, como a lobotomia, o eletrochoque e o confinamento. Da Silveira propôs técnicas terapêuticas baseadas em expressões artísticas, como a pintura e o desenho, que ofereciam aos pacientes com transtornos mentais uma forma mais digna de

tratamento e cuidado (Silveira, 1992). Seu trabalho inovador trouxe à tona a importância da humanização na saúde mental, mas sua atuação foi, muitas vezes, ofuscada nas narrativas tradicionais da Psicologia, que privilegiavam abordagens mais conservadoras. Dessa forma, sua resistência a métodos tradicionais a coloca como uma das precursoras do movimento antimanicomial no Brasil.

Annita de Castilho (1911 - 1991) foi uma das responsáveis pela institucionalização da Psicologia no Brasil. Criadora da Associação Brasileira de Psicólogos (ABP) em 1954, ela foi pioneira na criação e implantação do primeiro curso de Psicologia no país, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1958 (Martins, 2003). Sua atuação foi decisiva para a formação das primeiras gerações de psicólogos no Brasil, contribuindo diretamente para a profissionalização da área. No entanto, sua importância tem sido amplamente subestimada, o que reflete o apagamento histórico das mulheres na construção da Psicologia como campo científico e profissional.

Madre Cristina Sodré Doria (1916 - 1997) foi uma ativista social e fundadora do Instituto Sedes Sapientiae, enfrentou perseguições durante a Ditadura Militar no Brasil devido à sua luta pela justiça social. Seu trabalho esteve fortemente ligado à defesa dos direitos dos movimentos sociais, como os sem-terra e os defensores das causas indígenas (Bosi, 2017). Embora sua atuação tenha sido central na articulação entre Psicologia, espiritualidade e militância social, a relevância de seu trabalho foi frequentemente negligenciada em favor de narrativas mais alinhadas com a academia formal.

Carolina Martuscelli Bori (1924 - 2004) foi uma pedagoga que ajudou a divulgar a Psicologia como ciência no Brasil e uma das responsáveis pela regulamentação da profissão no país que esteve à frente da organização de cursos e debates que moldaram a formação de psicólogos no Brasil. A importância de sua atuação é inegável, mas, assim como outras mulheres de sua época, Carolina Bori teve suas contribuições subestimadas na historiografia tradicional da Psicologia brasileira (Matos; Carvalho, 1998).

Silvia Lane (1933 - 2006) foi uma das pioneiras da Psicologia Social no Brasil e na América Latina. Como fundadora da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) e da Associação Latino-Americana de Psicologia Social (Alapso), Lane contribuiu significativamente para a formação de um campo de estudo que privilegia o entendimento da subjetividade a partir das condições sociais e históricas (Lane, 1984). Sua visão crítica da Psicologia foi fundamental para o desenvolvimento de uma ciência mais comprometida com a

justiça social e a luta por igualdade, mas suas contribuições ainda não recebem a devida visibilidade nos currículos de formação.

Lélia Gonzalez (1935 - 1994), filósofa, antropóloga e militante, foi pioneira no estudo da cultura negra e nas discussões sobre raça e gênero no Brasil. Sua obra articulou feminismo, psicanálise e questões raciais, deixando um importante legado sobre o impacto das dinâmicas raciais no inconsciente coletivo brasileiro (Gonzalez, 1988). Gonzalez é referência quando se trata do feminismo negro no Brasil, mas sua atuação acadêmica e ativista foi, por muito tempo, marginalizada.

Neusa Santos Souza (1948 - 2008) foi uma psiquiatra e psicanalista cuja obra aprofundou o debate sobre racismo e subjetividade, ao inaugurar uma discussão contemporânea e analítica sobre o impacto do racismo na psique de indivíduos negros no Brasil (Souza, 1983). Sua obra foi fundamental para a compreensão de como as opressões raciais afetam os processos psíquicos e as dinâmicas sociais.

Em vista disso, o legado dessas mulheres encontra um importante paralelo com a Resolução CFP nº 08/2020, que estabeleceu normas para o exercício da Psicologia em relação à violência de gênero. A resolução reforçou a responsabilidade social da Psicologia no enfrentamento à violência contra a mulher, propondo uma prática comprometida com a garantia de direitos. Ao destacar o papel da Psicologia na luta contra a violência de gênero, o CFP reconheceu a importância de integrar a perspectiva crítica de gênero, muitas vezes promovida por essas pioneiras, nas práticas cotidianas da profissão.

A Resolução CFP nº 08/2020 se alinha diretamente às contribuições de figuras como Virgínia Bicudo, Nise da Silveira e Neusa Santos Souza, que, em suas trajetórias, desafiaram os padrões conservadores e lutaram por uma Psicologia que reconhecesse a subjetividade humana em suas múltiplas dimensões, incluindo as questões de raça, classe e gênero. Assim, essa normativa atualiza o compromisso da Psicologia com as causas que essas mulheres defenderam ao longo de suas carreiras, sublinhando a necessidade de que as contribuições femininas sejam resgatadas e integradas à formação e prática profissional.

3.2.4 Movimentos Sociais e Feministas na Psicologia

Os movimentos sociais e feministas desempenharam um papel fundamental na luta pela visibilidade das mulheres na Psicologia brasileira. Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil

vivenciou uma efervescência de movimentos sociais que buscavam romper com as estruturas opressoras de gênero, raça e classe, o que incluiu a área da Psicologia. Segundo a análise de "*Memórias sobre o Feminismo na Psicologia: para a construção de memórias futuras*" (Saavedra; Nogueira, 2006), os movimentos feministas trouxeram à tona a necessidade de uma prática psicológica que reconhecesse as desigualdades de gênero e integrasse perspectivas feministas críticas na formação e na prática profissional.

Esses movimentos ajudaram a criar núcleos de estudo de gênero e a fomentar debates sobre a importância de uma Psicologia que fosse sensível às questões de gênero e aos direitos humanos. As psicólogas feministas brasileiras, ao questionarem a ciência psicológica tradicional e o currículo acadêmico, propuseram novas formas de abordar o conhecimento psicológico, que incluem as experiências das mulheres e de outros grupos historicamente marginalizados. O desenvolvimento de uma Psicologia feminista no Brasil, embora ainda enfrente resistências significativas, tem sido crucial para desafiar as narrativas hegemônicas e propor uma ciência mais inclusiva e representativa.

3.3 PSICOLOGIA FEMINISTA E DESIGUALDADE DE GÊNERO NA ACADEMIA

A Psicologia Feminista surgiu como um movimento teórico e prático que desafia as estruturas patriarcais e androcêntricas presentes na ciência psicológica tradicional. No Brasil, esse campo se desenvolveu em meio a um cenário acadêmico conservador, no qual as vozes femininas e críticas de gênero frequentemente enfrentavam resistência e marginalização.

Esta seção aborda as principais teorias da Psicologia Feminista, destacando suas contribuições para a compreensão das desigualdades de gênero na sociedade e, em particular, na academia. No ambiente acadêmico, a desigualdade se manifesta na sub-representação de mulheres em posições de poder, como coordenações de pesquisa, editoras de revistas científicas e cargos de liderança em instituições de ensino. Apesar de serem maioria nos cursos de graduação em Psicologia, as mulheres frequentemente encontram barreiras institucionais que dificultam o acesso a financiamentos de pesquisa e a visibilidade de suas produções científicas. Além disso, suas contribuições são frequentemente desvalorizadas ou vistas como secundárias, perpetuando um ciclo de exclusão. Essa realidade reflete o conservadorismo acadêmico, que impede a plena integração das abordagens feministas no

campo da Psicologia, revelando um cenário de exclusão e desigualdade que limita o avanço de uma ciência verdadeiramente inclusiva.

3.3.1 A Psicologia Feminista e suas Teorias

A Psicologia Feminista é uma abordagem crítica que busca desconstruir os pressupostos androcêntricos da Psicologia tradicional, propondo uma ciência que seja sensível às questões de gênero e às múltiplas formas de opressão. Baseada em princípios interseccionais, a Psicologia Feminista não se limita a questionar as relações de gênero, mas também integra questões de classe, raça, etnia, orientação sexual e outras dimensões da identidade humana que afetam a subjetividade e o comportamento. Conforme destacado em *"Uma Psicologia Feminista Brasileira? Sobre Destaque, Apagamento e Posição Periférica"* (Nardi; Saldanha, 2017), essa abordagem oferece uma alternativa robusta às narrativas dominantes, ao criticar as bases epistemológicas da Psicologia e sugerir formas de produção de conhecimento que incluam as experiências de grupos historicamente marginalizados.

Nesse contexto, as principais teorias feministas aplicadas à Psicologia, como as propostas por Carol Gilligan e Nancy Chodorow, desempenham um papel fundamental. Ambas questionam a neutralidade científica proclamada pela Psicologia tradicional e argumentam que a ciência, ao desconsiderar as diferenças de gênero, reproduz desigualdades e opressões que impactam diretamente a prática e a teoria psicológica. Gilligan, com sua teoria do desenvolvimento moral, introduz uma perspectiva de cuidado que contrapõe o modelo de justiça predominante, evidenciando como as experiências femininas podem enriquecer a compreensão do desenvolvimento humano. Da mesma forma, os estudos psicanalíticos feministas de Chodorow criticam as noções patriarcais de subjetividade e identidade, propondo uma reavaliação da psicodinâmica familiar que valorize as relações de cuidado e nutrição. Essas teorias são exemplos de como a Psicologia Feminista não apenas expõe as limitações das abordagens tradicionais, mas também oferece caminhos concretos para transformar a prática psicológica.

No contexto brasileiro, a Psicologia Feminista tem se empenhado em trazer à tona as especificidades das experiências das mulheres em uma sociedade marcada pela intersecção de múltiplas formas de opressão. O livro *"Memórias sobre o Feminismo na Psicologia: para a construção de memórias futuras"* (Saavedra; Nogueira, 2006) destaca que as teóricas

feministas brasileiras têm contribuído significativamente para questionar a hegemonia masculina na produção de conhecimento e para propor uma psicologia mais inclusiva e justa. A partir dessas contribuições, a Psicologia Feminista tem se consolidado como um campo que não apenas desafia as normas acadêmicas tradicionais, mas também promove a transformação social.

3.3.2 Conservadorismo Acadêmico e Marginalização

O conservadorismo acadêmico continua sendo um dos principais obstáculos para a integração plena das abordagens feministas na Psicologia. Historicamente, a academia foi estruturada como um espaço predominantemente masculino, e, embora atualmente as mulheres tenham conquistado maior presença nos cursos de graduação e na produção científica, a desigualdade persiste em posições de poder, como chefias, coordenações e editoras de revistas científicas. Esse cenário reflete que, apesar dos avanços, a equidade de gênero ainda não foi plenamente alcançada no meio acadêmico.

A resistência à Psicologia Feminista reflete uma estrutura de poder que busca manter o *status quo*, relegando abordagens críticas de gênero a espaços marginais no campo científico. A análise de "*Uma Psicologia Feminista Brasileira? Sobre Destaque, Apagamento e Posição Periférica*" (Nardi; Saldanha, 2017) revela que, embora existam núcleos de estudos de gênero e programas de pesquisa voltados para as questões feministas, estes ainda enfrentam desafios significativos para sua legitimação. Muitas vezes, as pesquisas feministas são vistas como menos rigorosas ou objetivas, o que impede o seu reconhecimento pleno nos meios acadêmicos tradicionais.

Essa marginalização não apenas silencia as vozes das mulheres e outras identidades dissidentes, mas também impede a evolução de uma ciência psicológica que seja realmente inclusiva e representativa das diversidades humanas. Ao desafiar o conservadorismo acadêmico, a Psicologia Feminista expõe as lacunas epistemológicas na produção de conhecimento e propõe uma abordagem que inclui, ao invés de excluir, as múltiplas experiências de vida. Assim, a luta pela inclusão das abordagens feministas na Psicologia não é apenas uma questão de reconhecimento, mas também uma demanda por uma ciência mais justa e comprometida com a transformação social.

4 DISCUSSÃO

A partir da revisão bibliográfica crítica dos materiais selecionados, emergem resultados que revelam padrões claros de exclusão e marginalização das contribuições femininas na história da Psicologia, tanto no contexto internacional quanto no brasileiro. A análise dos textos revela não apenas o apagamento sistemático das mulheres nas narrativas históricas dominantes da Psicologia, mas também as implicações desse apagamento para a construção do conhecimento científico e para as práticas acadêmicas e profissionais na área.

4.1 Análise dos Principais Resultados

A análise dos principais manuais de história da Psicologia, como *"A História da Psicologia Moderna"* de Schultz e Schultz (2016), mostra que as narrativas dominantes são predominantemente masculinas e privilegiam as contribuições de homens brancos ocidentais, relegando as mulheres a notas de rodapé ou a posições de menor importância.

Mesmo psicólogas que contribuíram de forma significativa para a disciplina, como Karen Horney e Mary Whiton Calkins, frequentemente aparecem de forma marginalizada, sem o devido reconhecimento de suas ideias e inovações teóricas. Esta abordagem perpetua uma compreensão limitada da evolução da Psicologia, impedindo o reconhecimento de uma diversidade mais ampla de perspectivas e abordagens.

No contexto brasileiro, os resultados da análise das obras *"A Psicologia no Brasil: Leitura Histórica"* e *"História da Psicologia: Rumos e Percursos"* indicam que o apagamento das mulheres não é apenas um reflexo da dinâmica global, mas também um fenômeno reforçado por especificidades culturais e sociais locais.

As narrativas históricas brasileiras sobre a Psicologia muitas vezes negligenciam as contribuições de mulheres psicólogas, como Virgínia Leone Bicudo e Ecléa Bosi, que, embora tenham desempenhado papéis significativos na construção da Psicologia no Brasil, não recebem o mesmo destaque que seus colegas masculinos.

A análise dos resultados também evidencia que o conservadorismo acadêmico continua a ser um obstáculo para a inclusão plena das abordagens feministas na Psicologia brasileira. Conforme discutido em *"Uma Psicologia Feminista Brasileira? Sobre Destaque,*

Apagamento e Posição Periférica", mesmo com a crescente presença de mulheres na academia e nos espaços profissionais, suas abordagens e contribuições frequentemente enfrentam resistência. Esse cenário reflete um viés de gênero persistente, onde os esforços para introduzir uma perspectiva feminista ou interseccional são frequentemente vistos como ameaças ao cânone estabelecido.

4.2 Discussão sobre o Impacto dos Resultados

Os resultados encontrados neste estudo têm implicações significativas para a compreensão da construção do conhecimento psicológico e para as práticas institucionais na área. O apagamento histórico das mulheres na Psicologia não é apenas uma questão de justiça histórica, mas também uma preocupação epistemológica fundamental. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2007), a exclusão das vozes de grupos historicamente marginalizados, incluindo as mulheres, limita a diversidade epistemológica e cria um "epistemicídio", que compromete a pluralidade de perspectivas necessárias para uma ciência inclusiva e crítica.

Da mesma forma, Harding (1991) argumenta que a exclusão das vozes femininas priva a ciência de uma compreensão mais ampla dos fenômenos, ao negligenciar as experiências de mulheres e outros grupos marginalizados. Quando essas vozes são retiradas das narrativas acadêmicas, perde-se a oportunidade de integrar múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas, resultando em uma ciência menos representativa e, conseqüentemente, menos capaz de responder às complexidades das experiências humanas.

Em contrapartida, autores como Benhabib (1992) afirmam que a inclusão das contribuições femininas e de outras vozes historicamente excluídas não só enriquece o campo, mas também permite que a ciência seja repensada como um empreendimento plural e democrático. Essa visão sugere que o resgate das narrativas femininas não é apenas uma questão de equidade, mas um passo crucial para fortalecer a Psicologia enquanto ciência social comprometida com a diversidade.

Além disso, o conservadorismo acadêmico que marginaliza as abordagens feministas limita a capacidade da Psicologia de evoluir como uma ciência social crítica e reflexiva. Como apontam Nardi e Saldanha (2017), a resistência institucional à integração de teorias feministas mantém a Psicologia brasileira enraizada em visões de mundo androcêntricas, que reforçam desigualdades de gênero e outras formas de opressão. Segundo Bourdieu (1999), as

estruturas acadêmicas conservadoras tendem a perpetuar o "capital cultural" dominante, marginalizando abordagens que questionam o status quo, como as teorias feministas. Essa marginalização impede que a Psicologia brasileira evolua de maneira crítica e reflexiva, ao focar em teorias que privilegiam apenas certas visões de mundo, ignorando a diversidade das experiências humanas.

Por outro lado, teóricos como Gilligan (1982) e Chodorow (1978) demonstram como a integração de abordagens feministas pode expandir o campo da Psicologia, promovendo uma visão mais inclusiva e transformadora das relações humanas. Gilligan, por exemplo, argumenta que a inclusão de perspectivas femininas no desenvolvimento moral oferece uma alternativa ao modelo de justiça masculino, proporcionando uma compreensão mais ampla das interações sociais.

Os resultados também sugerem que é necessário um movimento ativo para revisitar e reavaliar a história da Psicologia no Brasil e no mundo, de modo a incluir as vozes que foram silenciadas ou ignoradas. Essa reavaliação é crucial não apenas para fazer justiça às contribuições das mulheres, mas também para enriquecer o campo com novas perspectivas e abordagens que promovam uma ciência mais inclusiva e equitativa. Como sugerem os autores de *"Memórias sobre o Feminismo na Psicologia: para a construção de memórias futuras"* (Saavedra; Nogueira, 2006), a integração das abordagens feministas pode oferecer caminhos alternativos e inovadores para repensar a produção de conhecimento e as práticas psicológicas no Brasil.

A discussão sobre o impacto dos resultados indica que a Psicologia, enquanto disciplina, deve se comprometer a questionar e desafiar suas próprias bases epistemológicas, a fim de promover uma prática mais justa e inclusiva. A transformação do campo passa, necessariamente, pelo reconhecimento das contribuições das mulheres e pela abertura a novas formas de compreender o comportamento humano e as relações sociais. Essa mudança não é apenas desejável, mas essencial para que a Psicologia cumpra seu papel de ciência comprometida com o bem-estar humano e a justiça social.

5 CONCLUSÃO

A presente revisão crítica da literatura sobre o apagamento histórico das mulheres na Psicologia Brasileira revelou que esse fenômeno é fruto de um complexo processo de

construção do conhecimento, marcado pela exclusão sistemática de vozes femininas e pela hegemonia de uma perspectiva androcêntrica na ciência psicológica. Desde a sua institucionalização como disciplina científica, em um contexto profundamente influenciado por construções sociais de machismo, a Psicologia priorizou narrativas que enaltecem as contribuições de homens, enquanto as mulheres, mesmo aquelas que realizaram trabalhos significativos, foram frequentemente marginalizadas ou omitidas dos registros históricos. Esse padrão, como evidenciado nas análises dos textos de Schultz e Schultz (2016) e nas obras sobre a Psicologia no Brasil, como *"A Psicologia no Brasil: Leitura Histórica"* e *"História da Psicologia: Rumos e Percursos"*, revela um viés de gênero persistente na produção e na disseminação do conhecimento.

No contexto brasileiro, a situação é agravada por fatores culturais e institucionais que reforçam o conservadorismo acadêmico e limitam a legitimação das abordagens feministas e críticas de gênero. As contribuições das mulheres na Psicologia, embora presentes e relevantes, continuam a ser tratadas como periféricas, reflexo de uma hierarquia que ainda privilegia a manutenção de um *status quo* dominado por homens, mesmo que de forma menos explícita. Os movimentos sociais e feministas desempenharam um papel crucial na tentativa de romper com essas barreiras, trazendo à tona a necessidade de uma prática psicológica que reconheça e incorpore a diversidade de perspectivas e experiências. Contudo, conforme discutido em *"Uma Psicologia Feminista Brasileira? Sobre Destaque, Apagamento e Posição Periférica"*, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que essa integração ocorra de maneira plena e efetiva.

Os resultados deste estudo sugerem que o apagamento das mulheres na Psicologia não apenas limita o entendimento histórico da evolução da ciência, mas também influencia negativamente a prática e a formação na área. O conservadorismo acadêmico, ao marginalizar as abordagens feministas, impede o campo de se desenvolver como uma ciência social crítica e reflexiva, comprometida com a inclusão e a justiça social. Portanto, é fundamental que a Psicologia revise suas bases epistemológicas e abra espaço para novas abordagens que considerem as múltiplas experiências e vozes, promovendo uma ciência mais justa e representativa.

Diante desse cenário, este artigo sugere algumas direções para futuras pesquisas e práticas que podem contribuir para uma Psicologia mais inclusiva: (i) promover a inclusão de estudos sobre a história das mulheres na Psicologia nos currículos de formação, de modo a

reconhecer e valorizar suas contribuições; (ii) incentivar pesquisas interseccionais que analisem a inter-relação entre gênero, raça, classe e outras dimensões de identidade no campo psicológico; (iii) apoiar iniciativas de revisão crítica dos manuais e registros históricos da Psicologia, visando incluir as vozes que foram sistematicamente excluídas; e (iv) fomentar um ambiente acadêmico que valorize a diversidade e combata o conservadorismo que ainda marca a produção e a disseminação do conhecimento psicológico.

Em suma, o reconhecimento e a valorização das contribuições femininas são passos fundamentais para a construção de uma Psicologia mais plural e equitativa. Este movimento não é apenas uma tentativa de correção de um erro histórico, mas uma oportunidade para enriquecer o campo com novas perspectivas que ampliem a compreensão do comportamento humano e das relações sociais. Somente assim, e com um compromisso que vá além do papel e da teoria, a Psicologia poderá cumprir seu papel de ciência comprometida com a transformação social e o bem-estar de todos os indivíduos, independentemente de gênero, raça, classe ou qualquer outra forma de identidade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. *Virgínia Bicudo: a trajetória de uma psicanalista brasileira*. São Paulo: Arte e Ciência, 2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENHABIB, Seyla. *Situating the Self: Gender, Community, and Postmodernism in Contemporary Ethics*. New York: Routledge, 1992.

BICUDO, Virgínia Leone. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Tao, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 08, de 30 de março de 2020. Define normas de atuação do psicólogo em relação à violência de gênero. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/resolucao-cfp-n-08-de-30-de-marco-de-2020/>. Acesso em: 15 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. CFP destaca a presença das mulheres na história e rumos da Psicologia no país. *Conselho Federal de Psicologia*, 2021. Disponível em:

<https://site.cfp.org.br/cfp-destaca-presenca-das-mulheres-na-historia-e-rumos-da-psicologia-no-pais/>. Acesso em: 15 out. 2024.

GILLIGAN, Carol. *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GUIMARÃES, Virgínia Leone Bicudo. *A psicologia no Brasil: leitura histórica*. São Paulo: Cortez, 2001.

GONZALEZ, Lélia. *O Lugar do Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1988.

HARDING, Sandra. *Whose Science? Whose Knowledge?: Thinking from Women's Lives*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Org.). *História da psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2006.

LANE, Silvia. *Psicologia Social: O Homem em Movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTINS, Mirian. *História da Psicologia no Brasil: um perfil institucional*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

MATOS, M. A.; CARVALHO, A. M. A.. Carolina Martuscelli Bori: uma cientista brasileira. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 11, n. 2, p. 411–420, 1998.

NARDI, Henrique; SALDANHA, Marília. Uma psicologia feminista brasileira? Sobre destaque, apagamento e posição periférica. In: SANTOS, Andréia; SILVEIRA, Débora; PEREIRA, Maria de Lourdes (Org.). *Psicologia social e feminismos: interlocuções e perspectivas*. São Paulo: Blucher, 2017. p. 89-105.

SAAVEDRA, Luísa; NOGUEIRA, Conceição. Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, v.11, p. 113–127, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. *A história da psicologia moderna*. 10. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVEIRA, Nise da. *Imagens do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1992.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.